



2º SIMULADO

# Procurador PGE RS

# Simulado PGE-RS

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Procurador da PGE-RS;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PGE-RS-16-10>**

- |                |                |                |                |                 |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E | 81 – A B C D E  |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E | 82 – A B C D E  |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E | 83 – A B C D E  |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E | 84 – A B C D E  |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E | 85 – A B C D E  |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E | 86 – A B C D E  |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E | 87 – A B C D E  |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E | 88 – A B C D E  |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E | 89 – A B C D E  |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E | 90 – A B C D E  |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | 71 – A B C D E | 91 – A B C D E  |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | 72 – A B C D E | 92 – A B C D E  |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | 73 – A B C D E | 93 – A B C D E  |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | 74 – A B C D E | 94 – A B C D E  |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | 75 – A B C D E | 95 – A B C D E  |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | 76 – A B C D E | 96 – A B C D E  |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | 77 – A B C D E | 97 – A B C D E  |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | 78 – A B C D E | 98 – A B C D E  |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | 79 – A B C D E | 99 – A B C D E  |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | 80 – A B C D E | 100 – A B C D E |

## LÍNGUA PORTUGUESA

Adriana Figueiredo/Patricia Manzato

**Instrução: As questões 1 a 10 referem-se ao texto abaixo.**

A liberdade de expressão e de imprensa são direitos protegidos pela Constituição Federal. De um lado, esses direitos contemplam a proteção dos indivíduos contra o Estado, proibindo a censura ou qualquer outra interferência injusta ao seu direito de se manifestar. Por outro lado, a liberdade de expressão na relação com as políticas regulatórias das empresas responsáveis por realizar a comunicação social, ampliando ou reduzindo oportunidades. Tradicionalmente essas empresas eram jornais, televisão e rádios. Hoje isso inclui também plataformas online como por exemplo blogs, microblogs, sites de compartilhamento de vídeos e também redes sociais.

O Relatório do Conselho de Direitos Humanos da Assembleia Geral da ONU, chamado “Relatório sobre a promoção e proteção ao direito de liberdade de opinião e expressão”, aborda esses dois aspectos da liberdade de expressão e propõe um enquadramento jurídico para a moderação de conteúdo gerado pelo próprio usuário da Internet que coloca os direitos humanos no centro. O documento endereça a regulação estatal e das empresas quanto à manifestação na Internet e sugere que não sejam aprovadas regras muito genéricas para não violar o direito de liberdade de expressão das pessoas injustamente. Essa preocupação abordada pelo relatório é que regras muito genéricas, que supostamente queiram combater o terrorismo, o discurso de ódio, assédios ou abusos, poderiam, na verdade, ter um efeito negativo sobre os discursos das minorias e reforçar o status dos grupos dominantes.

Apesar de suas normas não serem vinculantes, a sugestão do documento é que as empresas tenham regras claras, sejam transparentes com relação às suas condutas e reportem publicamente os casos de punição e remoção de conteúdo para que as pessoas possam compreender quais parâmetros são utilizados na prática para este tipo de conduta. Sugere-se, para tanto, que as empresas adotem o Guia de Princípios da ONU (Guiding Principles on Business and Human Rights) como parâmetro para suas regulações e políticas de controle de conteúdo gerado pelo próprio usuário.

Nesse sentido, o “Relatório sobre a promoção e proteção ao direito de liberdade de opinião e expressão” defende que as garantias de não discriminação devem ultrapassar uma abordagem meramente formal que trate todos como iguais, mas buscar ativamente considerar as

preocupações das comunidades historicamente vulneráveis que sofrem maior risco de censura e discriminação.

Adaptado de  
<[https://www.academia.edu/40569026/CONVERGINDO\\_VOZES\\_DISSONANTES\\_Liberdade\\_de\\_expressa\\_](https://www.academia.edu/40569026/CONVERGINDO_VOZES_DISSONANTES_Liberdade_de_expressa_)>

**01.** Analise as seguintes assertivas sobre o texto, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

( ) De acordo com o texto, a liberdade de expressão atualmente assume uma maior dimensão.

( ) A preocupação do Relatório da ONU recai sobre as minorias e os efeitos de uma má regulação nos países

( ) Segundo o autor, a regulamentação é suficiente para que as minorias sejam respeitadas.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

a) V – F – V.

b) V – F – F;

c) V – V – F;

d) F – V – V;

e) F – F – F.

**02.** No 6º parágrafo, o conectivo “apesar de” tem valor \_\_\_\_\_ e poderia ser substituído por \_\_\_\_\_ desde que \_\_\_\_\_ alterações no período.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

a) concessivo – ainda que – se façam;

b) concessivo – mesmo que – não se façam;

c) aditivo – ainda que – não se façam;

d) aditivo – mesmo que – se façam;

e) consecutivo – ainda que – se façam.

**Simulado Procurador PGE-RS – 16/10/2021**

**03.** No trecho “políticas regulatórias” (2º parágrafo), temos um adjetivo que poderia ser substituído pela locução adjetiva “de regulação”. Assinale a alternativa que apresenta o par INCORRETO de adjetivo e locução adjetiva que tenham o mesmo sentido.

- a) apícola – de abelha;
- b) sideral – de astro;
- c) pluvial – de rio;
- d) pueril – de criança;
- e) gutural – de garganta.

**04.** Considerando o emprego dos pronomes e seus referentes, analise as assertivas a seguir:

I. No 2º parágrafo, em “Essa preocupação”, o referente do pronome demonstrativo “essa” é ao período que o antecede.

II. No 3º parágrafo, o referente do pronome possessivo “suas” em “suas normas” está no parágrafo anterior.

III. No 4º parágrafo, o referente do pronome relativo “que” em “que sofrem maior risco de censura e discriminação” é “vulneráveis”.

Quais estão corretas?

- a) apenas I;
- b) apenas II;
- c) apenas III;
- d) I e II;
- e) I e III.

**05.** Assinale a alternativa na qual haja a ocorrência de voz passiva.

- a) “(...) proibindo a censura ou qualquer outra interferência injusta ao seu direito de se manifestar.” (1º parágrafo);
- b) “ (...) propõe um enquadramento jurídico para a moderação de conteúdo gerado pelo próprio usuário da Internet” (2º parágrafo);
- c) “(...) a sugestão do documento é que as empresas tenham regras claras, sejam transparentes ” (3º parágrafo);

d) “Sugere-se, para tanto, que as empresas adotem o Guia de Princípios da ONU (Guiding Principles on Business and Human Rights)” (3º parágrafo);

e) “(...) as garantias de não discriminação devem ultrapassar uma abordagem meramente formal que trate todos como iguais (...)” (4º parágrafo).

**06.** Assinale a alternativa que poderia substituir “meramente”, em “abordagem meramente formal” (4º parágrafo), que não acarrete alteração do sentido original do texto:

- a) também;
- b) igualmente;
- c) singelamente;
- d) puramente;
- e) finitamente.

**07.** Analise as seguintes assertivas sobre pontuação no texto:

I. A vírgula em “De um lado, esses direitos contemplam a proteção dos indivíduos contra o Estado” (1º parágrafo) é empregada para separar um adjunto adverbial deslocado.

II. As vírgulas em “O Relatório do Conselho de Direitos Humanos da Assembleia Geral da ONU, chamado ‘Relatório sobre a promoção e proteção ao direito de liberdade de opinião e expressão’,” (2º parágrafo) isolam um aposto explicativo.

III. A vírgula antes de “mas buscar ativamente considerar as preocupações das comunidades historicamente vulneráveis” (4º parágrafo) poderia ser substituída por dois pontos.

Quais estão corretas?

- a) apenas I;
- b) apenas II;
- c) apenas III;
- d) I e II;
- e) II e III.



**Simulado Procurador PGE-RS – 16/10/2021**

08. Caso na frase “as empresas tenham regras claras, sejam transparentes com relação às suas condutas e reportem publicamente os casos de punição e remoção de conteúdo” a palavra sublinhada fosse passada para o singular, quantas outras palavras deveriam ser alteradas para manter a correção do período?

- a) Uma;
- b) Duas;
- c) Três;
- d) Quatro;
- e) Cinco.

09. Assinale a alternativa que indica a correta reescrita do período a seguir, mantendo-se o sentido do trecho original: “*A liberdade de expressão e de imprensa são direitos protegidos pela Constituição Federal.*”:

- a) A Constituição Federal possui direitos, dentre os quais, a liberdade de expressão e de imprensa;
- b) Por meio da Constituição Federal, protege-se direitos como a liberdade de expressão e de imprensa;
- c) Se os direitos de liberdade de expressão e de imprensa são protegidos, então eles estão abarcados pela Constituição Federal;
- d) A Constituição Federal garante o direito à liberdade de expressão e de imprensa;
- e) De todos os direitos protegidos na Constituição Federal, encontram-se a liberdade de expressão e de imprensa.

10. A palavra sublinhada em “mas buscar ativamente considerar as preocupações das comunidades historicamente vulneráveis” (4º parágrafo) expressa uma circunstância de modo. Assinale a alternativa em que o termo sublinhado NÃO expressa uma circunstância.

- a) Estudava rápido demais para poder aproveitar o tempo livre;
- b) Atirou-se instintivamente;
- c) Preparo-me fisicamente com constância;
- d) O material foi desenvolvido para um público seleto;

e) Vive-se bem no interior do país.

**Instrução: As questões 11 a 18 referem-se ao texto abaixo.**

*12 de janeiro*

Na conversa de anteontem com Rita esqueceu-me dizer a parte relativa a minha mulher, que lá está enterrada em Viena. Pela segunda vez falou-me em transportá-la para o nosso jazigo. Novamente lhe disse que estimaria muito estar perto dela, mas que, em minha opinião, os mortos ficam bem onde caem; redargüiu-me que estão muito melhor com os seus.

— Quando eu morrer, irei para onde ela estiver, no outro mundo, e ela virá ao meu encontro, disse eu.

Sorriu, e citou o exemplo da viúva Noronha que fez transportar o marido de Lisboa, onde faleceu, para o Rio de Janeiro, onde ela conta acabar. Não disse mais sobre este assunto, mas provavelmente tornará a ele, até alcançar o que lhe parece. Já meu cunhado dizia que era seu costume dela, quando queria alguma coisa.

Outra coisa que não escrevi foi a alusão que ela fez à gente Aguiar, um casal que conheci a última vez que vim, com licença, ao Rio de Janeiro, e agora encontrei. São amigos dela e da viúva, e celebram daqui a dez ou quinze dias as suas bodas de prata. Já os visitei duas vezes e o marido a mim.

Rita falou-me deles com simpatia e aconselhou-me a ir cumprimentá-los por ocasião das festas aniversárias.

— Lá encontrará Fidélia.

— Que Fidélia?

— A viúva Noronha.

— Chama-se Fidélia?

— Chama-se.

— O nome não basta para não casar.

— Tanto melhor para você, que vencerá a pessoa e o nome, e acabará casando com a viúva.

Mas eu repito que não casa.

Machado de Assis, *Memorial de Aires*.

**Simulado Procurador PGE-RS – 16/10/2021**

**11.** O texto, despretensiosamente, suscita a reflexão sobre

- a) a vida cotidiana no Rio de Janeiro.
- b) os costumes europeus que são repetidos no Brasil;
- c) como as personagens encaram a morte de seus companheiros;
- d) as muitas viagens feitas pelo personagem-narrador;
- e) as amizades arranjadas entre as personagens.

**12.** Justifica-se o pertencimento desse texto ao gênero narrativo, o fato de:

- a) abordar um tema formal, distante da realidade do leitor.
- b) ser estruturado como uma dissertação;
- c) narrar acontecimentos entre personagens;
- d) expor a realidade de um determinado grupo social;
- e) mostrar a insatisfação da viúva ao perder o marido.

**13.** Em relação à linguagem utilizada no texto, pode-se afirmar que se caracteriza pela:

- a) informalidade, com estruturas mais simplificadas, de forma a afastar o leitor do texto.
- b) formalidade, com estruturas complexas, de forma a afastar o leitor do texto;
- c) informalidade, com a presença de linguagem coloquial e estruturas da linguagem escrita;
- d) formalidade, com a presença de linguagem rebuscada e estruturas da linguagem escrita;
- e) informalidade, com a presença de linguagem coloquial e estruturas da linguagem falada.

**14.** Assinale a alternativa INCORRETA sobre pontuação no texto:

- a) a inserção de uma vírgula depois de “Na conversa de anteontem com Rita” (1º parágrafo) prejudicaria a correção gramatical.
- b) o uso do travessão ao longo do texto remete ao discurso direto;
- c) o ponto-e-vírgula antes de “redargüiu-me que estão muito melhor com os seus” (1º parágrafo) poderia

ser substituído por ponto, sem alteração do sentido original do texto;

- d) a vírgula depois de “Sorriu” (3º parágrafo) poderia ser retirada sem que houvesse prejuízo na correção gramatical;
- e) o ponto ao final do 5º parágrafo poderia ser substituído por dois-pontos, sem que houvesse incorreção gramatical.

**15.** Analise as seguintes frases retiradas do texto e assinale a alternativa em que a expressão apresenta sentido metafórico ou figurado.

- a) “esqueceu-me dizer a parte relativa a minha mulher, que lá está enterrada em Viena.” (1º parágrafo)
- b) “Quando eu morrer, irei para onde ela estiver” (2º parágrafo)
- c) “Já meu cunhado dizia que era seu costume dela, quando queria alguma coisa.” (3º parágrafo)
- d) “Rita falou-me deles com simpatia e aconselhou-me a ir cumprimentá-los” (5º parágrafo)
- e) “Tanto melhor para você, que vencerá a pessoa e o nome” (12º parágrafo)

**16.** Considerando as regras do Acordo Ortográfico vigente, assinale a alternativa correta sobre palavras do texto:

- a) A palavra “redargüiu” está grafada de forma incorreta;
- b) “está” e “transportá-la” não acentuadas pela mesma regra;
- c) “viúva” é acentuada por ser paroxítona terminada em /a/;
- d) “aniversárias” e “viúva” são acentuadas pela mesma regra;
- e) A palavra “jazigo” está grafada de forma incorreta.

**Simulado Procurador PGE-RS – 16/10/2021**

17. Em relação à sintaxe do período, a oração “quando queria alguma cousa” (3º parágrafo) exerce a função sintática de:

- a) adjunto adverbial;
- b) objeto direto;
- c) objeto indireto;
- d) complemento nominal;
- e) predicativo do objeto.

18. Assinale a única possibilidade de alterações no texto, para que sejam mantidos o sentido e a coerência textuais:

- a) “redargüiu-me” por “redargüiu para mim”;
- b) “com os seus” por “com eles”;
- c) “esqueceu-me dizer” por “esqueceu-se de me dizer”;
- d) “ela fez à gente Aguiar” por “ela fez à Aguiar”;
- e) “casando com a viúva” por “casando-se a viúva”.

**Instrução: Considere o texto abaixo para responder às questões 19 e 20.**

\_\_I\_\_ partir de diferentes perspectivas teóricas, “Literatura e política” discute como a tensão entre a ficção e o político, desde \_\_I\_\_ alvorada da modernidade, transformou a criação literária em um meio de resistência \_\_III\_\_ formas de dessensibilização da sociedade. Organizado por Terezinha Maria Scher Pereira e Rogério de Souza Sérgio Ferreira, o livro reúne artigos de pesquisadores de universidades importantes do país (Pontifícia Universidade Católica-PUC-Rio; Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ; Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC; Universidade Federal do Espírito Santo-Ufes; e Universidade de São Paulo-USP), além de uma entrevista com o escritor Allan da Rosa, resultado do Simpósio Literatura, Crítica e Cultura, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Um dos temas recorrentes nos artigos é o fenômeno das narrativas marginais produzidas nas periferias de São Paulo. Segundo Gilvan Procópio Ribeiro, o surgimento de uma geração de escritores de periferia representa um momento político significativo, porque “pela primeira vez, na história da literatura e da cultura brasileiras, o povo fala em seu próprio nome”. Nesse sentido, acompanhamos uma mudança semântica no

adjetivo “marginal”, que foi usado pela primeira vez para designar a produção de alguns poetas dos anos 1970 (Paulo Leminski, Ana Cristina César, Wally Salomão, Chacal, entre outros), a chamada “Poesia marginal”, cujo estilo agressivo de linguagem (e o estilo de vida desbundado) foi uma forma de resistência à censura da ditadura militar. Uma das imagens icônicas desse período foi a fotomontagem “Seja marginal, seja herói”, de Hélio Oiticica, que está reproduzida na capa de “Literatura e política”.

Anderson Pires da Silva. *Reflexões sobre a modernidade e o mundo*

*contemporâneo* (Disponível em <  
[https://www.ufjf.br/revistaa3/files/2014/08/REVISTA7CS6\\_DAL\\_VER\\_SION\\_web\\_57\\_57.pdf](https://www.ufjf.br/revistaa3/files/2014/08/REVISTA7CS6_DAL_VER_SION_web_57_57.pdf)>)

19. Considerando o emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas I, II e III:

- a) à - a - as;
- b) à - à - às;
- c) a - a - as;
- d) a - a - às;
- e) a - à - às.

20. Analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas, tendo em vista a formação do período composto em Língua Portuguesa:

I- A correção gramatical será mantida caso a vírgula antes de “transformou a criação literária em um meio de resistência” (1º parágrafo) for suprimida

II- O pronome “que” em “que foi usado pela primeira vez para designar a produção de alguns poetas” (2º parágrafo) pode ser substituído por “o qual”

III- A oração adjetiva “que está reproduzida na capa de “Literatura e política” (2º parágrafo) tem função explicativa.

- a) V - F - V;
- b) V - V - F;
- c) F - F - F;
- d) F - F - V;
- e) F - V - V.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Marcel Torres

**21.** Acerca da competência legislativa, segundo a Jurisprudência do STF, é incorreto afirmar:

- a) É inconstitucional lei estadual que proíbe a suspensão de planos de saúde em razão do inadimplemento durante a pandemia.
- b) É inconstitucional lei estadual que estabelece que o condutor não pode sofrer qualquer restrição administrativa ao seu direito de dirigir enquanto não houveresse decisão definitiva, em sede administrativa ou judicial, sempre que a infração pudesse resultar na suspensão ou na cassação da CNH.
- c) É constitucional a lei estadual que fixa o prazo de 10 anos para anulação de atos administrativos declarados inválidos pela administração estadual.
- d) É constitucional lei estadual que proíbe ligações de telemarketing para oferecimento de empréstimo a aposentados e pensionistas.
- e) É inconstitucional lei estadual que obriga estacionamentos privados a reduzirem 50% do valor de tarifas para motocicletas, em relação à cobrança para automóveis.

**22.** Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. Quanto à prerrogativa de foro, no caso de “mandatos cruzados”, o STF mantém a sua competência penal para julgamento.
- II. Sobrevindo regras que alterem o regime de imunidade parlamentar em nível federal, ocorrerá a sua aplicação automática aos deputados estaduais.
- III. Os deputados estaduais gozam das mesma imunidade formais que os deputados federais.

Estão corretos, apenas, os itens:

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III.
- e) I, II e III.

**23.** Nos termos da Constituição Federal e jurisprudência aplicável, acerca da sistemática de pagamento dos débitos judiciais dos entes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) Os honorários advocatícios não são considerados débitos de natureza alimentar para fins de expedição de precatórios.
- b) O crédito referente aos honorários de sucumbência é único e deve ser considerado em sua integralidade, sendo vedada a execução individual.
- c) A verba honorária consubstancia direito autônomo, podendo ser executada em separado e não se confundindo com o crédito principal, não configurando o fracionamento da execução após a expedição do ofício requisitório quebra da ordem cronológica dos precatórios.
- d) A exceção prevista no art. 100, caput, da Constituição, em favor dos créditos de natureza alimentícia, não dispensa a expedição de precatório e não os isenta da observância da ordem cronológica dos precatórios decorrentes de condenações de outra natureza.
- e) O crédito representado no precatório, objeto da cessão, pode ter a sua natureza alterada a depender das qualidades normativas do cessionário e da forma como este veio a assumir a condição de titular.

**24.** Quanto ao funcionalismo público:

- I. A lei estadual que criar cargo em comissão deverá definir o regime previdenciário ao qual o seu ocupante estará submetido.
- II. A lei que criar cargo em comissão deverá definir as suas atribuições, vedada a delegação ao administrador para referida regulamentação.
- III. Os cargos em comissão somente podem ser criados para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, pressupondo a existência de relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado.

Estão corretas, apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) III.



**Simulado Procurador PGE-RS – 16/10/2021**

**25.** A decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei, afaste sua incidência, no todo ou em parte, viola, especificamente, a cláusula de reserva de plenário, sendo um exemplo:

- a) As decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais.
- b) As decisões fundadas em jurisprudência das Turmas ou Plenário do STF.
- c) As decisões que declaram a inconstitucionalidade de lei, ainda que parcial, quando houver declaração anterior proferida pela maioria absoluta do órgão especial ou Plenário do Tribunal respectivo.
- d) As decisões originais de órgãos fracionários que reconhecem a constitucionalidade de lei.
- e) As decisões que afaste a incidência de lei ou ato normativo do caso julgado, ainda que não fundadas em declaração de incompatibilidade com norma constitucional.

**26.** Acerca das CPIs, é correto afirmar que:

- a) As Comissões Parlamentares de Inquérito instaladas pelo poder legislativo de qualquer ente federado possuem os poderes instrutórios inerentes à autoridade judiciais.
- b) A atuação das comissões parlamentares de inquérito insere-se no âmbito da função fiscalizatória do Poder Legislativo, considerada função atípica desse poder.
- c) As comissões parlamentares de inquérito são comissões temporárias destinadas a investigar fato certo e determinado.
- d) As comissões parlamentares de inquérito são instrumentos de controle interno do poder legislativo.
- e) As comissões parlamentares de inquérito possuem autonomia para promover a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

**27.** Considere uma situação hipotética em que o prefeito de determinado município deseje concorrer ao cargo de governador do respectivo estado. Nesse caso:

- a) O Prefeito poderá continuar a exercer o cargo de prefeito até o momento de eventual posse como governador, se eleito.
- b) O prefeito deverá licenciar-se temporariamente para concorrer às eleições até 3 meses antes do pleito.
- c) O prefeito deverá renunciar o seu mandato até 3 meses antes do pleito eleitoral para que possa concorrer.
- d) Não se aplica a regra constitucional de desincompatibilização, uma vez que o cargo ao qual deseja concorrer situa-se em esfera da federação de maior espectro territorial.
- e) Há necessidade de desincompatibilização para concorrer ao cargo de governador, sendo preciso que se renuncie ao mandato de prefeito até seis meses antes do pleito eleitoral.

**28.** Quanto ao conteúdo, estabilidade, origem e finalidade, pode-se dizer que a Constituição Federal Brasileira de 1988 é, respectivamente:

- a) Heterodoxa, Promulgada, Rígida e Dirigente.
- b) Dogmática, Histórica, Rígida e Garantia.
- c) Escrita, Outorgada, Analítica e Material.
- d) Promulgada, Normativa, Semirrígida e Laica.
- e) Formal, Rígida, Promulgada e Dirigente.

**29.** Analise as seguintes normas constitucionais:

Art. 5.º. (...) XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

Art. 5.º. (...) LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

Art. 18. (...) § 1.º Brasília é a Capital Federal.

Quanto ao grau de eficácia, referidas normas podem ser classificadas como:

- a) contida, contida e plena.
- b) limitada, plena e contida.
- c) contida, plena e plena.
- d) plena, contida e limitada.

**Simulado Procurador PGE-RS – 16/10/2021**

e) programática, plena e contida.

**30.** A sucessão constitucional pode produzir os seguintes efeitos:

I. Inconstitucionalidade das leis anteriores com ela conflitantes.

II. Alteração do status formal de normas de natureza diversa elaboradas sob a égide da Constituição anterior.

III Recepção de normas anteriores ainda que a sua forma original não mais seja admitida pela Constituição superveniente, desde que seu conteúdo seja compatível com esta.

Estão corretos os itens:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Rodolfo Penna

**31.** Sobre Contratos Administrativos, de acordo com a Lei 14.133/2021:

- a) Caso o licitante vencedor não assine o termo de contrato no prazo especificado, não será permitido à administração convocar os licitantes remanescentes.
- b) A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento.
- c) O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- d) Regulamento ou edital de licitação não poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.
- e) A extinção do contrato configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro.

**32.** Em relação aos Serviços Públicos é correto afirmar:

- a) O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante processo administrativo instaurado especialmente para esse fim.
- b) A divulgação da suspensão no fornecimento de serviço de energia elétrica por meio de emissoras de rádio, dias antes da interrupção, é insuficiente para satisfação da exigência de aviso prévio.
- c) É legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando a inadimplência do usuário decorrer de débitos pretéritos.
- d) A prorrogação do contrato administrativo de concessão de serviços públicos não se insere no campo da discricionariedade da Administração Pública, podendo a concessionária invocar direito líquido e certo a tal prorrogação.
- e) A interferência judicial para invalidar a estipulação das tarifas de transporte público urbano viola a ordem pública.

**33.** No que diz respeito aos Atos Administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) É inconstitucional lei estadual que estabeleça prazo decadencial de 10 anos para anulação de atos administrativos reputados inválidos pela Administração Pública estadual.
- b) A invalidação de atos administrativos de que decorram efeitos concretos favoráveis a particulares dispensa processo administrativo.
- c) A extinção de ato administrativo, eivado de vício de legalidade, pela Administração, dar-se-á por meio de sua revogação.
- d) O silêncio administrativo, quando referente a atos discricionários, não se submete ao controle judicial.
- e) A autoexecutoriedade dos atos administrativos é caracterizada pela possibilidade de a administração pública anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, sem necessidade de controle judicial.

**Simulado Procurador PGE-RS – 16/10/2021**

**34.** No que diz respeito à Organização Administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) A CF exige lei específica para a criação de subsidiária de sociedade de economia mista.
- b) A delegação de poder de polícia em favor de sociedade de economia mista é viável mesmo se adotado o regime celetista para as relações de trabalho no âmbito da empresa.
- c) As entidades que fazem parte da Administração Indireta são Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Fundações Públicas e Municípios.
- d) As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, integrantes da Administração indireta, são pessoas jurídicas de direito privado, decorrentes da desconcentração administrativa.
- e) Os Conselhos Profissionais, enquanto autarquias corporativas criadas por lei com outorga para o exercício de atividade típica do Estado devem adotar o regime jurídico único, vedada a adoção da legislação trabalhista para contratação de seus servidores.

**35.** Acerca da intervenção do Estado na propriedade, assinale a opção correta.

- a) Por serem bens públicos inalienáveis, imóveis de patrimônio de município não podem ser desapropriado pela União.
- b) Os juros moratórios incidem pela simples perda antecipada da posse, no caso de desapropriação, e pela limitação da propriedade, no caso de servidão administrativa.
- c) Ao imóvel desapropriado para implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda, não se dará outra utilização nem haverá retrocessão.
- d) É devido o direito à indenização mesmo se o imóvel expropriado foi adquirido após a imposição de limitação administrativa.
- e) A desapropriação não poderá abranger as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço.

**36.** Acerca das Licitações, nos termos da Lei 14.133/2021:

- a) A nova lei de licitações possui um prazo de vacatio legis de 02 (dois) anos.
- b) Os Municípios com até 30.000 habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação da Lei 14.133/2021, para cumprimento das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.
- c) A nova lei de licitações, Lei 14.133/2021, aplica-se aos contratos de prestação de serviços realizados pelos Estados, salvos os serviços técnico-profissionais especializados.
- d) Não se subordinam ao regime da Lei 14.133/2021 as contratações de tecnologia da informação e de comunicação.
- e) O contrato cujo instrumento tenha sido assinado antes da entrada em vigor da Lei 14.133/2021 continuará a ser regido de acordo com as regras previstas na legislação revogada.

**37.** Nos termos da jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre Processo Administrativo Disciplinar, é correto afirmar:

- a) No processo administrativo disciplinar, o servidor indiciado tem o direito de acompanhar pessoalmente o processo, sendo-lhe facultada a contratação de advogado. Todavia, a renúncia a esse direito induz a nulidade do procedimento.
- b) Caracteriza cerceamento de defesa no Processo Administrativo Disciplinar a ausência de interrogatório, ainda que tenha contribuído o próprio investigado.
- c) A falta de intimação de advogado constituído para a oitiva de testemunhas gera nulidade, mesmo que intimado o servidor investigado.
- d) É dispensável a presença do acusado ou de seu procurador, durante as oitivas das testemunhas, previamente intimados da realização do ato.
- e) A ausência de termo de compromisso de membro de comissão processante implica nulidade do PAD.

**Simulado Procurador PGE-RS – 16/10/2021**

**38.** Sobre Improbidade Administrativa, é correto afirmar:

- a) Os agentes políticos, com exceção do Presidente da República e dos Governadores, encontram-se sujeitos a duplo regime sancionatório, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade.
- b) A conduta do servidor público municipal de frustrar a licitude de processo licitatório configura ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, sancionada a título de dolo ou culpa.
- c) Nos termos da jurisprudência do STJ, é possível a propositura de ação civil de improbidade administrativa exclusivamente contra o particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda.
- d) Não é possível acordo de não persecução cível no âmbito da ação de improbidade administrativa em fase recursal.
- e) É ilegítima a cassação de mandato atual de vereador condenado à suspensão de direitos políticos, por decisão transitada em julgado, referente a ato de improbidade cometido em mandato anterior.

**39.** Acerca dos Servidores Públicos, é correto afirmar:

- a) Incide contribuição previdenciária sobre terço de férias, serviços extraordinários, adicional noturno e adicional de insalubridade, pagos aos servidores públicos.
- b) É constitucional lei estadual que equipara, vincula ou referencia espécies remuneratórias devidas a cargos e carreiras distintos, especialmente quando pretendida a vinculação ou a equiparação entre servidores de Poderes e níveis federativos diferentes.
- c) O direito ao auxílio-alimentação estende-se aos servidores inativos.
- d) A fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva.
- e) É vedada a percepção acumulada de proventos de aposentadoria do regime próprio de previdência social ou militar com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, inclusive cargo em

comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

**40.** Em relação ao Controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) O controle finalístico exercido pela Administração direta sobre as entidades da administração indireta decorre do escalonamento vertical da estrutura da Administração.
- b) Compete privativamente ao Senado Federal sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- c) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- d) É da competência exclusiva do Congresso Nacional, fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, excluídos os da administração indireta.
- e) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

---

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

Michael de Jesus

**41.** O lançamento de obrigação tributária regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de

- a) impugnação de terceiro autorizado.
- b) recurso interposto pela procuradoria fiscal.
- c) iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no CTN.
- d) interesse do sujeito passivo.
- e) impugnação do sujeito ativo.

**Simulado Procurador PGE-RS – 16/10/2021**

**42.** Assinale a alternativa incorreta:

- a) No que diz respeito ao princípio da anterioridade e também aos tributos que se submetem a ela, no caso das medidas provisórias que aumentem ou majorem tributos no geral o termo inicial do prazo da anterioridade anual é a edição da própria medida provisória. Já quando o objeto da medida provisória foi a criação ou majoração de impostos o termo inicial da anterioridade anual é o da conversão em lei da medida provisória. Já o princípio da anterioridade nonagesimal, em qualquer dos casos, o termo inicial do prazo acontece a partir da edição da medida provisória.
- b) A União não pode invocar ao seu favor a regra da imunidade recíproca contra o Distrito Federal quando este for lhe cobrar taxa de coleta de lixo.
- c) Segundo o CTN, o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.
- d) Na importação de mercadorias para o exterior, o fato gerador do ICMS ocorre no momento em que a mercadoria é embarcada para o exterior.
- e) De acordo com o CTN, tratando-se de solidariedade, é inaplicável o benefício de ordem.

**43.** Quanto aos princípios da legalidade e da anterioridade tributária, analise as assertivas abaixo.

- I - a anterioridade de exercício e a nonagesimal são aplicáveis a todos os tributos, de forma cumulativa, excetuadas hipóteses previstas taxativamente na Constituição;
- II - a majoração de alíquota do ICMS, determinada por lei publicada em 1º de novembro de um ano, pode ser aplicada em 1º de janeiro no ano subsequente;
- III - o princípio da legalidade tributária aplica-se a todos os tributos, mas se admite a alteração da alíquota de certos impostos federais, de caráter

extrafiscal, desde sejam atendidas as condições e limites estabelecidos em lei.

Assim, está correto o que se afirma em

- a) As três afirmativas estão corretas;
- b) Apenas uma das afirmativas acima está correta;
- c) Apenas uma da afirmativa acima está errada;
- d) Todas as afirmativas são erradas;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

**44.** Sobre o crédito tributário, assinale a alternativa incorreta com relação ao que está previsto no Código Tributário Nacional:

- a) A suspensão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso;
- b) A anistia é modalidade de exclusão do crédito tributário;
- c) A moratória é modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário;
- d) Suspende a exigibilidade do crédito tributário a concessão de medida liminar em mandado de segurança;
- e) A transação é causa extintiva do crédito tributário;

**45.** Com relação à cobrança dos créditos tributários na falência, assinale a opção correta

- a) O processo falimentar envolve o crédito tributário, mas exclui a multa tributária;
- b) As execuções fiscais em curso serão suspensas com a decretação de falência, consoante a lei processual que disciplina a cobrança do crédito tributário;
- c) A propositura de execução fiscal posterior à decretação de falência ocorrerá no juízo falimentar;
- d) A decretação da falência interrompe o prazo de prescrição do crédito tributário;
- e) Os créditos tributários serão adimplidos após realizado o pagamento dos créditos com garantia real, até o limite do apurado com os bens gravados



**Simulado Procurador PGE-RS – 16/10/2021**

**46.** Sobre a competência tributária, esta correto:

I - Aplica-se retroativamente, por ser mais benéfica, lei tributária que institui isenção desde que o tributo não tenha sido pago;

II - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão sua competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades;

III - O Supremo Tribunal Federal adotou a corrente dicotômica referente a função da lei complementar no Direito Tributário;

IV - É possível delegar a competência tributária uma vez ao ano, por ocasião da produção da lei orçamentária;

V - Os municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.

- a) Apenas as proposições II e IV estão corretas.
- b) As proposições I, II e III estão incorretas;
- c) Apenas as proposições I e V estão corretas
- d) Apenas as proposições II e V estão corretas;
- e) Apenas as proposições III e IV estão incorretas.

**47.** Sobre vigência das normas complementares, de acordo com o código tributário nacional, é correto afirmar que:

- a) Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas entram em vigor 45 dias a contar da sua publicação;
- b) As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribuir eficácia normativa, entram em vigor 30 dias após a data de sua publicação, salvo disposição em contrário.
- c) Os convênios que entre si celebram a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios entram em vigor 30 dias após a data da sua publicação, salvo disposição em contrário.
- d) As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas entram em vigor na data de sua publicação, salvo disposição de lei em sentido contrário.
- e) Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas e as decisões dos órgãos singulares

ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribuir eficácia normativa, entram em vigor na data da sua publicação, salvo disposição de lei em sentido contrário.

**48.** Quanto à responsabilidade tributária, analise as assertivas abaixo e marque a correta:

- a) o mero inadimplemento permite o redirecionamento da obrigação tributária ao sócio administrador da empresa, equiparando-se a infração à lei.
- b) o adquirente é pessoalmente responsável pelos tributos relativos aos bens adquiridos;
- c) a pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra não é considerada responsável pelos tributos devidos pelas pessoas jurídicas fusionadas, transformadas ou incorporadas.
- d) são pessoalmente responsáveis o síndico e o comissário, em relação aos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;
- e) na hipótese de falecimento, a responsabilidade pelos tributos devidos pelo de cujus será dos herdeiros, que respondem de forma integral e ilimitada pelos tributos devidos.

**49.** Sobre a preferência do crédito tributária, assinale a alternativa incorreta

- a) o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho;
- b) o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais, nos termos da lei falimentar, mas não preferem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado;
- c) Para o Superior Tribunal de Justiça a decretação da indisponibilidade de bens e direitos, na forma do art: 185 - A do CTN, pressupõe o exaurimento das diligências na busca por bens penhoráveis, o qual fica caracterizado quando infrutíferos o pedido de

**Simulado Procurador PGE-RS – 16/10/2021**

construção sobre ativos financeiros e a expedição de ofícios aos registros públicos do domicílio do executado, ao Denatran ou Detran.

d) São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do de cujus ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento;

e) São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.

**50.** O Senado Federal tem importante papel na fixação de alíquotas mínimas e máximas de certos impostos previstos na Constituição Federal. Sobre o tema em comento, analise as alternativas abaixo e ao final assinale a opção correta:

I. O ISS terá alíquotas mínimas e máximas fixadas por Resolução do Senado Federal.

II. O IPVA terá alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

III. O ITCMD terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

IV. Quanto ao ICMS é facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros,

V. Cabe ao Senado Federal fixar alíquotas mínimas do ITCMD.

São corretos:

a) I e II

b) II, III e IV

c) I, II e III

d) I, IV e V

e) III e IV

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Josias Barcelos

**51.** Sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública (lei nº 12.153/09), assinale a alternativa que corresponda a uma causa de sua competência, considerando o limite de 60 (sessenta) salários-mínimos:

a) ação de mandado de segurança.

b) causa que tenha como objeto a impugnação da pena de suspensão imposta a servidor público civil.

c) execução fiscal.

d) ação de improbidade administrativa.

e) ação de desapropriação.

**52.** Acerca da tutela provisória, assinale a alternativa correta.

a) Em regra, a tutela provisória não conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.

b) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas somente ao tempo da sentença pode ser revogada ou modificada.

c) A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.

d) A tutela de evidência não se relaciona com a tutela provisória.

e) Independentemente de disposição especial, na ação de competência originária de tribunal e nos recursos a tutela provisória será requerida ao órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito.

**53.** Considere as assertivas a seguir sobre a improbidade administrativa, ação civil pública e mandado de segurança.

I. O pagamento dos valores devidos pela Fazenda Pública entre a data da impetração do mandado de segurança e a efetiva implementação da ordem concessiva não deve observar o regime de

**Simulado Procurador PGE-RS – 16/10/2021**

precatórios previsto no artigo 100 da Constituição Federal.

II. O especialíssimo procedimento estabelecido na Lei 8.429/92, que prevê um juízo de delibação para recebimento da petição inicial (art. 17, §§ 8º e 9º), precedido de notificação do demandado (art. 17, § 7º), somente é aplicável para ações de improbidade administrativa típicas.

III. No mandado de segurança contra a nomeação de magistrado da competência do Presidente da República, este é considerado autoridade coatora, salvo no caso de fundamento da impetração seja nulidade ocorrida em fase anterior do procedimento.

IV. Em ação civil pública proposta por associação, na condição de substituta processual de consumidores, possuem legitimidade para a liquidação e execução da sentença todos os beneficiados pela procedência do pedido, independentemente de serem filiados à associação promovente.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) I e III.

**54.** Segundo o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre a modificação da competência.

- a) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, mesmo que um deles já houver sido sentenciado.
- b) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, desde que haja conexão entre eles.
- c) O registro ou a distribuição da petição inicial torna preventivo o juízo.
- d) Antes da citação, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada nula de ofício pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu.

e) A competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou perempção.

**55.** De acordo o CPC, a decisão sobre o incidente de descon sideração da personalidade jurídica

- a) é resolvido por decisão interlocutória, desafiando agravo de instrumento.
- b) é resolvido por sentença, desafiando apelação.
- c) é resolvido por sentença, desafiando agravo de instrumento.
- d) é resolvido por decisão interlocutória, desafiando apelação.
- e) é resolvido por decisão interlocutória, mas irrecurável.

**56.** A regulamentação da prática e a comunicação oficial de atos processuais por meio eletrônico, bem como velar pela compatibilidade dos sistemas, compete

- a) aos Tribunais e, supletivamente, ao Conselho Nacional de Justiça.
- b) ao Conselho Nacional de Justiça e, supletivamente, aos tribunais.
- c) ao Conselho de Justiça Federal e, supletivamente, aos tribunais.
- d) aos Tribunais e, supletivamente, ao Conselho de Justiça Federal.
- e) Somente aos tribunais.

**57.** Assinale a alternativa que traz uma causa de extinção do processo sem resolução do mérito.

- a) por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 90 (noventa) dias.
- b) homologar o reconhecimento do pedido formulado na ação.
- c) reconhecer a existência de conexão ou continência.
- d) acolher ou rejeitar o pedido formulado em reconvenção.
- e) homologar a desistência da ação.

**Simulado Procurador PGE-RS – 16/10/2021**

**58.** Assinale a alternativa correta sobre capacidade processual.

- a) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz extinguirá imediatamente o processo.
- b) Serão representados em juízo, ativa e passivamente, o Estado e o Distrito Federal, por seu governador ou procurador.
- c) A Assembleia Legislativa possui personalidade jurídica, porém somente pode demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.
- d) A sociedade ou associação sem personalidade jurídica não poderá opor a irregularidade de sua constituição quando demandada.
- e) Serão representados em juízo, ativa e passivamente, a sociedade e a associação irregulares e outros entes organizados sem personalidade jurídica, pela pessoa nomeada por assembleia, desde que comprovada em juízo.

**59.** Sobre a reclamação, é correto afirmar:

- a) É cabível nos Tribunais Superiores, excepcionalmente nos demais tribunais para preservar competência.
- b) o STF reconhece a reclamação como recurso.
- c) o CPC veda a tutela provisória de urgência.
- d) A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado não prejudica a reclamação.
- e) o beneficiário da decisão impugnada presta informações no prazo de 10 dias.

**60.** A respeito da perícia, é correto afirmar que

- a) O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, desde que haja termo de compromisso.
- b) Quando a perícia for inconclusiva ou deficiente, o juiz não poderá reduzir a remuneração inicialmente arbitrada para o trabalho.
- c) O perito não pode ser substituído, mesmo quando faltar-lhe conhecimento técnico.
- d) Na liquidação por cálculos do credor, descabe transferir do exequente para o executado o ônus do

pagamento de honorários devidos ao perito que elabora a memória de cálculos.

- e) O juiz não poderá dispensar prova pericial mesmo quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem, sobre as questões de fato, pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficientes.

---

**DIREITO CIVIL****Paulo Sousa**

**61.** Em se tratando da posse e da propriedade, de acordo com o Código Civil e conforme entendimento do STJ, é correto afirmar que:

- a) Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, dependendo, porém, de título de boa-fé.
- b) Estando o imóvel inserido em loteamento irregular, é possível que se negue o direito à usucapião.
- c) É plenamente possível o ajuizamento de ação de imissão na posse de imóvel na pendência de ação possessória envolvendo o mesmo bem.
- d) Aquele que exercer, por 2 anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m<sup>2</sup> cuja propriedade divida com ex-cônjuge que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia, passa a ser detentor do domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- e) A usucapião rural, do imóvel que não ultrapassa 50 hectares, somente é possível quando constada a posse por mais de dez anos.

**62.** Conforme dispõe o Código Civil de 2002, é correto afirmar que:

- a) Em se tratando de responsabilidade civil, somente haverá dever de reparar se constatada e comprovada culpa do agente causador do dano.
  - b) A culpa dos empresários e das empresas individuais é sempre objetiva quando se tratar de produtos postos em circulação, a menos que a lei excepcione.
-

**Simulado Procurador PGE-RS – 16/10/2021**

- c) Os donos de hotéis não possuem qualquer responsabilidade sobre seus hóspedes.
- d) Para fins de justiça, a lei veda a diminuição equitativa da indenização, quando o valor desta for desproporcionalmente maior quando comparada à gravidade do dano.
- e) Sendo a responsabilidade civil independente da criminal, não há o que se falar em indenização civil para os casos de homicídio.

**63.** O Código Civil de 2002 trata da desconsideração da personalidade jurídica em determinadas hipóteses. Sobre isso, assinale a alternativa correta:

- a) São legítimos para requerer a desconsideração da personalidade jurídica a parte prejudicada e o Ministério Público. Contudo, a atuação deste se restringe aos casos em que lhe couber a intervenção.
- b) Para caracterizar o abuso da personalidade jurídica é preciso que haja necessariamente desvio de finalidade e confusão patrimonial.
- c) A existência de grupo econômico basta para que se requeira a desconsideração da personalidade jurídica.
- d) A alteração da finalidade original do grupo econômico é motivo suficiente para a desconsideração da personalidade jurídica, pois caracteriza desvio de finalidade.
- e) O Código Civil de 2002 claramente adota a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, tendo em vista a dificuldade de ressarcimento, já é motivo suficiente para ensejar a desconsideração.

**64.** Em se tratando dos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta de acordo com o entendimento do STJ e com o Código Civil de 2002:

- a) O direito ao esquecimento, especialmente quando se tratar de crimes notórios marcados pela historicidade, prevalece sobre o interesse público, pois corre-se o risco de gerar pena perpétua para a pessoa que já se reabilitou no sistema criminal.
- b) A divulgação de fatos privados da vida contemporânea da pessoa anteriormente condenada por crime e de seus familiares não viola a previsão

do art. 21 do CC, pois entende-se que esta pessoa não possui mais direito à privacidade, uma vez que o interesse público deve preponderar.

- c) Existindo interesse social no cultivo à memória histórica e coletiva de delito notório, é incabível o acolhimento da tese do direito ao esquecimento, para fins de proibir veiculação futura de matérias jornalísticas relacionadas ao fato criminoso.
- d) A liberdade de imprensa não se restringe aos direitos de informar e de buscar informações, por isso, não encontra barreiras no interesse público nem nos direitos da personalidade das pessoas sobre as quais se noticia.
- e) Não há vedação ao veículo de imprensa que se utiliza do delito notório cometido por uma pessoa, como subterfúgio para descrever hábitos rotineiros.

**65.** No que diz respeito à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei 13.709/2018, é possível afirmar que consta no rol de fundamentos:

- a) A inviolabilidade da intimidade e da honra, apenas.
- b) A livre iniciativa, a livre concorrência, sem que seja preciso, necessariamente, atentar à defesa do consumidor, especialmente por já existir um Código destinado, especificamente, para tal finalidade.
- c) A liberdade de expressão apenas para fins informativos.
- d) Os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas jurídicas.
- e) A autodeterminação informativa e o respeito à privacidade.

**66.** De acordo com a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB), é correto afirmar que:

- a) A publicação de um novo texto destinado à correção da lei que ainda não entrou em vigor não interfere em seu prazo de vacância.
- b) A repristinação tácita tem ampla previsão no ordenamento jurídico brasileiro.
- c) Considera-se ato jurídico perfeito aquele já consumado nos termos da lei vigente ao tempo em que se efetuou.



**Simulado Procurador PGE-RS – 16/10/2021**

- d) Salvo exceções, coisa julgada é a decisão da qual não cabe mais recurso.
- e) Com exceção das leis temporárias, não há hipóteses de revogação de uma lei por outra, em razão da rigidez do ordenamento jurídico brasileiro.

**67.** O prazo para o perito, que produziu laudo pericial em processo, cobrar seus honorários, prescreve em:

- a) Três anos.
- b) Um ano.
- c) Dez anos.
- d) Cinco anos.
- e) Dois anos.

**68.** Sobre as obrigações de dar coisa certa, de acordo com o Código Civil de 2002, é correto afirmar que:

- a) Se deteriorada a coisa, sem culpa do devedor, o credor pode resolver obrigação, ou aceitar a coisa abatido de seu preço o valor que perdeu.
- b) Não é possível que se exija o aumento do preço, caso tenha o devedor feito melhoramentos na coisa antes da tradição.
- c) Se a coisa se perder, por culpa do devedor, a obrigação se resolve e o devedor fica responsável pelo equivalente.
- d) Os frutos percebidos cabem exclusivamente ao credor.
- e) Nos casos de deterioração da coisa por culpa do devedor, se o credor aceitar a coisa no estado em que se acha, lhe é devido apenas o equivalente aos danos, não cabendo, portanto, a cobrança de indenização por perdas e danos.

**69.** Carla, idosa e sem descendentes, é detentora de vasto patrimônio. Ana presta o serviço de cuidadora da idosa há mais de 15 anos. Diante do vínculo criado entre as duas, Carla elaborou testamento deixando todos os seus bens para Ana, porém, desde que esta continue sendo sua cuidadora até o fim de sua vida. De acordo com o Código Civil de 2002, a situação trata-se de:

- a) Encargo.
- b) Termo inicial.
- c) Condição suspensiva.
- d) Condição resolutiva.
- e) Condição inexistente.

**70.** Clarissa, amiga de Vilma, está grávida já há seis meses. Como nunca teve a oportunidade de ter filhos, Vilma, sem herdeiros, resolve doar ao filho de Clarissa, uma casa na praia e uma quantia em dinheiro equivalente a um curso completo de Direito em universidade privada. Diante dos fatos narrados e de acordo com o Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta:

- a) Por se tratar de pessoa ainda não nascida com vida, a doação é impossível.
- b) A doação somente seria possível se Vilma houvesse nomeado Clarissa como administradora dos bens. Como não o fez o negócio é nulo.
- c) A doação é possível, porém, caso o filho de Clarissa seja natimorto, esta herdará os bens do filho, dada a ordem sucessória, que se sobrepõe à cláusula de reversão.
- d) A doação não encontra barreiras no direito brasileiro, porém, caso o filho de Clarissa seja natimorto, os bens doados voltam a integrar o patrimônio de Vilma, se esta houver estipulado cláusula específica.
- e) A doação não encontra barreira no direito brasileiro, porém, caso o filho de Clarissa seja natimorto, os bens doados podem integrar o patrimônio desta, se Vilma houver estipulado cláusula específica.

**DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO**

Lucas Pessoa

**71.** Sobre salário e remuneração,

- a) as importâncias, ainda que habituais, pagas a título de diárias para viagem, limitadas a cinquenta por cento da remuneração mensal, não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao

**Simulado Procurador PGE-RS – 16/10/2021**

contrato de trabalho e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário.

- b) consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.
- c) os valores gastos com a educação do empregado, excepcionados os relativos a livros e outros materiais didáticos, integram o salário do empregado para todos os efeitos legais.
- d) as importâncias pagas a título de auxílio-alimentação, vedado o seu pagamento em dinheiro, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário, salvo se habituais.
- e) as gorjetas, espontaneamente concedidas pelos clientes ou cobradas aos clientes como adicional nas contas, a qualquer título, e destinadas à distribuição aos empregados, integram o salário do empregado, devendo ser consideradas para o cálculo das horas extras eventualmente prestadas.

**72.** O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário,

- a) até 3 dias consecutivos, em virtude de casamento.
- b) até 2 dias consecutivos ou não, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica.
- c) até 3 dias para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira.
- d) até 2 dias por ano para acompanhar filho de até 6 anos em consulta médica.
- e) pelo tempo que se fizer necessário, para estudar e realizar provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.

**73.** Tício é empregado da empresa de entregas XYZ Ltda., prestando serviços como motociclista, entregando todo tipo de encomendas, até mesmo

material inflamável. No caso hipotético narrado e de acordo com a CLT, Tício tem direito ao adicional de

Alternativas

- a) periculosidade, no percentual de 30% sobre o salário base, por se tratar de trabalhador em motocicleta e insalubridade, no percentual de 40% sobre o salário mínimo, pela exposição a inflamável.
- b) periculosidade, no percentual de 30% sobre o salário base, por se tratar de trabalhador em motocicleta.
- c) insalubridade, no percentual de 30% sobre o salário base, pela exposição a inflamável.
- d) penosidade, no percentual de 40% sobre o salário mínimo, pelo trabalho sujeito às intempéries climáticas e a acidente de trânsito.
- e) periculosidade, no percentual de 40% sobre o salário base, por se tratar de trabalhador em motocicleta.

**74.** Tício, residente e domiciliado em São Paulo, foi contratado para trabalhar no Rio de Janeiro. Na contratação, as partes elegeram o foro da cidade de Fortaleza para dirimir qualquer questão decorrente da prestação de serviços. 3 anos após sua contratação, Tício foi transferido para Porto Alegre. 2 anos após a transferência foi demitido. Na dispensa, Tício não recebeu corretamente as verbas rescisórias. Neste caso, Tício deverá promover a reclamação trabalhista na cidade de

- a) São Paulo ou Porto Alegre, a critério do empregado.
- b) São Paulo.
- c) Rio de Janeiro.
- d) Porto Alegre.
- e) Fortaleza.

**75.** Sobre o processo de jurisdição voluntária para homologação de acordo extrajudicial é correto afirmar que

Alternativas

- a) o processo terá início com a petição do empregado, solicitando ao juízo a homologação de acordo extrajudicial para com o empregador, devidamente assistido pelos advogados de ambas as partes, e o

**Simulado Procurador PGE-RS – 16/10/2021**

- primeiro poderá ser representado pelo advogado do sindicato da sua categoria profissional, e tal feito suspende o curso do lustro prescricional.
- b) o processo terá início com a petição de empregado e empregador, assistidos de advogado conjunto, solicitando ao juízo a homologação de acordo extrajudicial, e tal feito suspende o curso do lustro prescricional.
- c) o processo terá início com a petição do empregador, solicitando ao juízo a homologação de acordo extrajudicial para com o empregado, devidamente assistido pelos advogados de ambas as partes, e o empregado poderá ser representado pelo advogado do sindicato da sua categoria profissional, e tal feito suspende o curso do lustro prescricional.
- d) o processo terá início com a petição conjunta de empregado e empregador, devidamente assistidos de seus respectivos advogados, solicitando ao juízo a homologação de acordo extrajudicial, sendo que o empregado poderá ser representado pelo advogado do sindicato da sua categoria profissional e tal feito suspende o curso do lustro prescricional.
- e) Cumpridos os requisitos formais previstas na CLT para a homologação de acordo extrajudicial, cabe mandado de segurança contra decisão que não realizar a homologação.

**SEGURIDADE SOCIAL E PREVIDENCIÁRIO**

Felipe Cavalcanti

- 76.** Assinale a alternativa que não se aplica aos regimes próprios de previdência social:
- a) O equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência social deverá ser comprovado por meio de garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente, que, juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas, evidenciem a solvência e a liquidez do plano de benefícios.
- b) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de

previdência social não possui deficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social.

- c) Por meio de lei, o Estado, Distrito Federal ou Município poderá instituir contribuição extraordinária, pelo prazo máximo de 20 (vinte) anos, para custeio do respectivo regime próprio de previdência dos servidores.
- d) A instituição do regime de previdência complementar na forma dos §§ 14 a 16 do art. 40 da Constituição Federal e a adequação do órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social ao § 20 do art. 40 da Constituição Federal deverão ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) anos da data de entrada em vigor da Emenda Constitucional n. 103/19.
- e) Os recursos de regime próprio de previdência social não poderão ser aplicados na concessão de empréstimos.

**77.** No âmbito do regime próprio dos servidores do Estado do Rio Grande do Sul, pode-se afirmar que:

- a) A aposentadoria por incapacidade permanente terá o valor da última remuneração que o segurado recebia, na ativa.
- b) A pensão por morte corresponderá à totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite.
- c) O servidor poderá se aposentar, voluntariamente, aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- d) A aposentadoria voluntária do policial civil dar-se-á aos 25 anos de contribuição e 55 de idade.
- e) A idade mínima para a aposentadoria será fixada na Lei Orgânica do município, enquanto o tempo mínimo de contribuição será definido em lei complementar municipal.

**Simulado Procurador PGE-RS – 16/10/2021**

**78.** A aposentadoria voluntária do professor que tenha ingressado no serviço público federal após a EC 103/19:

- a) Dar-se-á aos 60 anos de idade com 25 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, para ambos os sexos.
- b) Dar-se-á aos 60 anos de idade com 30 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, se homem.
- c) Dar-se-á aos 55 anos de idade com 30 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, se mulher.
- d) Dar-se-á aos 62 anos de idade, se mulher, ou aos 65 anos de idade, se homem, com 25 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo, no caso dos professores universitários.
- e) Dar-se-á aos 57 anos de idade com 25 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, para ambos os sexos.

**79.** No que tange ao regime de previdência complementar destinado aos servidores públicos, assinale a alternativa correta:

- a) os planos de custeio e benefícios devem ser instituídos, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio de lei complementar.
- b) a norma constitucional impõe que os benefícios a serem pagos pelo regime de previdência complementar sejam estruturados exclusivamente na modalidade de benefício definido, permitindo ao participante projetar o valor da renda futura a ser recebida no momento de sua aposentadoria
- c) O ingresso em regime de previdência complementar é facultativo, mas, feita a opção pelo servidor, esta será irrevogável.
- d) Revela-se inconstitucional, por violação ao princípio da isonomia, cláusula de contrato de previdência complementar que estabeleça valor inferior do benefício para as mulheres, tendo em conta o seu menor tempo de contribuição.

e) É constitucional a lei que inclui deputados estaduais dentre os beneficiários da previdência complementar de servidores, regime previsto pelo art. 40, §14 a §16 da CF/88.

**80.** Os planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar deverão prever os seguintes institutos, exceto:

- a) Benefício proporcional diferido, em razão da cessação do vínculo empregatício com o patrocinador ou associativo com o instituidor antes da aquisição do direito ao benefício pleno, a ser concedido quando cumpridos os requisitos de elegibilidade;
- b) Benefício especial, pago pelo mesmo órgão responsável pela concessão de aposentadoria, inclusive por invalidez, ou pensão por morte.
- c) Portabilidade do direito acumulado pelo participante para outro plano;
- d) Resgate da totalidade das contribuições vertidas ao plano pelo participante, descontadas as parcelas do custeio administrativo;
- e) Faculdade de o participante manter o valor de sua contribuição e a do patrocinador, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida.

**DIREITO ECONÔMICO**

Vanessa Arns

**81.** Considerando os institutos brasileiros de Direito Econômico e Concorrencial, assinale a afirmativa correta:

- a) A Lei nº 12.529/2011 (Lei Antitruste) aplica-se quando os atos de concentração econômica realizados no exterior produzam ou possam produzir efeitos significativos no mercado interno brasileiro.
- b) Admite-se a possibilidade de restrições ao comércio internacional com o fito de proteger o comércio doméstico somente quando consumado o prejuízo frente às importações, por meio de medidas de salvaguarda.

**Simulado Procurador PGE-RS – 16/10/2021**

- c) A dominação de mercado relevante de bens ou serviços constitui infração contra ordem econômica apenas quando comprovada a culpa do agente ativo.
- d) As empresas públicas prestadoras de serviços públicos que atuam diretamente na atividade econômica não podem gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, haja vista a manifesta afronta ao princípio da livre-concorrência.
- e) A prática de truste consiste na associação entre empresas do mesmo ramo de produção com objetivo de dominar o mercado e disciplinar a concorrência, implicando prejuízo da economia por impedir o acesso do consumidor à livre-concorrência.

**82.** Sobre o instituto do acordo de leniência no âmbito Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, marque a opção correta:

- a) O acordo de leniência pode resultar em redução da pena, mas não em extinção da punibilidade da sanção administrativa a ser imposta à pessoa jurídica colaboradora.
- b) É inviável o acordo de leniência se a autoridade administrativa já dispõe de prova sobre a ocorrência da infração investigada.
- c) A pessoa jurídica que pretenda qualificar-se para o acordo não pode ser a líder da conduta infracional a ser revelada.
- d) A pessoa jurídica que pretenda qualificar-se deve ser a primeira a fazê-lo com relação à infração noticiada ou sob investigação.
- e) O acordo pode resultar em extinção da pena administrativa, mas não em extinção da punibilidade relativa a crime contra a ordem econômica.

**83.** Considerando-se as agências reguladoras, assinale a alternativa correta.

- a) Possuem personalidade jurídica de direito privado.
- b) São entidades integrantes da Administração Pública Direta, vinculadas aos Ministérios Federais.
- c) Podem ser criadas em âmbitos Estadual e Federal, exceto Municipal.
- d) Seus dirigentes ocupam cargo em comissão por prazo indeterminado.

- e) A elas é atribuído o poder de arbitragem para compor conflitos que ocorram na sua esfera de atuação.

**84.** Historicamente, com o Programa Nacional de Desestatização e procurando reduzir o déficit público, o Estado resolveu entregar à iniciativa privada atividades consideradas caras, com a intenção de reduzir gastos e buscar uma maior eficiência na execução dessas atividades, criando-se então as chamadas:

- a) autarquias profissionais.
- b) autarquias territoriais.
- c) fundações públicas.
- d) empresas públicas.
- e) agências reguladoras.

**85.** Acerca das práticas comerciais restritivas à livre concorrência, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A competência internacional do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE quanto às condutas restritivas à livre concorrência orienta-se pela teoria dos efeitos.
- b) A configuração da venda casada como conduta restritiva à livre concorrência independe do poder de mercado do produto principal.
- c) Um acordo entre concorrentes sobre áreas de atuação exclusiva e não sobre preço afasta a caracterização de cartel.
- d) A prática de fixação de preços de revenda em contratos de franquia, em regra, é tida como ilícita pelo CADE.
- e) As condutas restritivas à livre concorrência praticadas em setores regulados, como telefonia, energia elétrica e sistema financeiro, são de competência exclusiva das agências reguladoras respectivas.

**DIREITO EMPRESARIAL**

Alessandro Sanchez

**86.** Verine das Neves e Kaique das Rochas constituem uma sociedade com a intenção de prestar os seus



**Simulado Procurador PGE-RS – 16/10/2021**

serviços intelectuais em festas infantis, já que possuem formação intelectual em teatro, entre mais. A sociedade leva o nome de VERIKIQUE ENTRETENIMENTO S/S. Ressalte-se que a sociedade fora constituída para fins econômicos e exercício de atividade profissional não organizada e teve a sua inscrição no cartório de registro civil das pessoas jurídicas.

- a) O órgão registral de opção para a inscrição está adequado.
- b) A inscrição haveria de ser realizada em um dos cartórios de registro das juntas comerciais estaduais.
- c) A inscrição haveria de ser feito em uma das juntas estaduais vinculadas ao registro público de empresas mercantis.
- d) A inscrição haveria de ser feita em um cartório de títulos e documentos empresariais.
- e) A inscrição deveria ter sido realizada no departamento de registro empresarial e integração.

**87.** Kaíque Mari da Silva Tanaka constitui uma empresa na forma de Microempreendedor individual já que pretende desenvolver um negócio empresarial em que a receita bruta anual é de 60.000,00 (sessenta mil reais) em média. Em vista da escolha realizada, podemos afirmar:

- a) Kaíque poderá constituir o seu negócio em forma de EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.
- b) Kaíque poderá constituir a empresa em forma de EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade limitada caso o valor da receita fosse superior a 100 (cem salários-mínimos).
- c) Kaíque deve constituir a empresa na forma de Empresário Individual.
- d) Kaíque poderá constituir a empresa, inclusive, na forma de sociedade limitada unipessoal.
- e) Kaíque deve constituir uma sociedade limitada unipessoal

**88.** Analise a situação a seguir:

Um grupo de pessoas destinadas à atividade intelectual (Mari, Victor e Verine) se obriga

mutuamente a contribuir, com serviços ou bens, para o exercício de atividade econômica e a partilha, igualmente, dos resultados. Nessa conjuntura,

- a) estamos diante de uma sociedade empresária, já que o principal elemento de empresa sempre está presente nas atividades intelectuais.
- b) a atividade é empresarial já que econômica.
- c) caso a atividade seja profissional, econômica e organizada devemos considerá-la empresarial.
- d) a atividade não pode ser considerada empresária em nenhuma hipótese.
- e) o ato é cooperativo.

**89.** Assinale a alternativa que indique o que é empresário para o Código Civil

- a) O sócio de qualquer sociedade empresária, desde que exerça o cargo de administrador.
- b) o agente que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços.
- c) Equiparado à pessoa jurídica que pratica a atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços.
- d) Um indivíduo a quem a lei atribui responsabilidade limitada se tiver integralizado o capital social empregado na produção.
- e) local de exercício da atividade empresarial.

**90.** Assinale a alternativa que indique a sociedade unipessoal limitada no Código Civil

- a) O sócio de qualquer sociedade empresária, desde que exerça o cargo de administrador.
- b) a pessoa jurídica que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços.
- c) Equiparado ao empresário individual que pratica a atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços.
- d) Um indivíduo a quem a lei atribui responsabilidade limitada, ainda que não tenha integralizado o capital social empregado na produção.
- e) a pessoa jurídica exercente de empresa.

---

**DIREITO FINANCEIRO**

---

Vanessa Arns

**91.** Sobre a renúncia de receitas na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência.
- b) A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
- c) Uma das possíveis condições é a de que a renúncia deve estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- d) Uma das possíveis condições é a de que haja demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.
- e) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício seguinte e nos dois posteriores, se for o caso, em que deva iniciar sua vigência.

**92.** Sobre a independência administrativa e financeira dos poderes Judiciário, Legislativo e Ministério Público, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Os poderes Judiciário, Legislativo e o Ministério Público elaboram suas próprias propostas parciais que são encaminhadas ao poder executivo, responsável pelo envio da proposta consolidada ao Legislativo.

b) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

c) Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

d) Se os tribunais não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, não receberão os repasses constitucionais a tempo.

e) Os poderes Judiciário, Legislativo e o Ministério Público elaboram suas próprias propostas parciais que são encaminhadas ao poder executivo, responsável pelo envio da proposta consolidada ao Legislativo.

**93.** A Emenda Constitucional nº 109 de 15 de março de 2021 (EC nº109/21) reforçou a necessidade de todos os entes federais (União, Estados, Distrito Federal e os Municípios) manterem o controle da dívida pública. Sobre o disposto, assinale a afirmativa incorreta.

a) Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei.

b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis

c) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

d) A elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida.

e) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

---

**Simulado Procurador PGE-RS – 16/10/2021**

**94.** Dispor sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos é matéria que, dentre outras, compete à Lei

- a) Geral do Orçamento.
- b) do Plano Plurianual.
- c) de Diretrizes Orçamentárias.
- d) do Orçamento Anual.
- e) de Responsabilidade Fiscal.

**95.** O projeto de lei orçamentária anual deve ser elaborado de forma compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Além disso, é correto afirmar que

- a) o refinanciamento da dívida pública não constará da lei orçamentária.
- b) a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias apenas nos casos em que a amortização seja superior a 60 meses.
- c) a lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração inferior a um exercício financeiro.
- d) todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- e) serão incluídas na lei orçamentária as despesas do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, exceto aqueles destinados a benefícios e assistência aos servidores.

**DIREITO PENAL**

Cristiano Rodrigues

**96.** Após inverter a posse de um bem avaliado em R\$ 1,99 reais, Michel é cercado e espancado por outros comerciantes, amarrado no poste até a chegada da Polícia Militar. O advogado deverá explicar ao seu cliente que a principal tese de defesa criminal a ser utilizada será:

- a) atipicidade formal por ausência de legalidade.
- b) anterioridade do fato em relação à lei penal.

- c) atipicidade pela insignificância do bem subtraído.
- d) ausência de dolo ou culpa.
- e) exercício regular de direito.

**97.** Por força das estatísticas ampliadas de violência contra as mulheres no âmbito doméstico durante a pandemia, o Presidente da República decide, por Medida Provisória, aumentar a pena do crime de lesão corporal praticado em violência doméstica. Diante dessa situação, analise as assertivas abaixo:

I - a legalidade penal não foi respeitada, pois é vedado modificar lei penal por Medida Provisória.

II - caso a alteração seja válida, poderá retroagir para atingir fatos pretéritos.

III - a modificação só poderia ser válida se fosse aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República.

- a) estão corretas todas as assertivas.
- b) estão corretas apenas as assertivas I e III.
- c) estão corretas apenas as assertivas II e III.
- d) estão erradas todas as alternativas.
- e) está correta apenas a alternativa III.

**98.** Em busca de reduzir as estatísticas de mortes no trânsito, o Código de Trânsito Brasileiro criminalizou a embriaguez ao volante. Diante das elementares típicas expressas nesse tipo penal, podemos afirmar se tratar de:

- a) crime de perigo abstrato.
- b) crime material.
- c) crime de perigo concreto.
- d) crime formal.
- e) crime à distância.

**99.** Por razões sanitárias, o Congresso Nacional aprovou uma lei federal aumentando a pena do crime de Epidemia, no dia 01.01.2021, para reclusão de 35 a 40 anos. A nova lei que aumentou a pena trouxe em seu texto a data final de sua vigência - 31.12.2021. Ciente das regras das leis temporárias no ordenamento jurídico-penal, uma sentença

**Simulado Procurador PGE-RS – 16/10/2021**

---

proferida em novembro de 2022 referente a um fato praticado em março de 2021:

- a) poderá condenar o réu, com base na lei temporária, mesmo após o final de sua vigência.
- b) não poderá condenar o réu, com base na lei temporária, porque a lei de 2021 já perdeu a vigência.
- c) poderá condenar o réu, porém sem utilizar a lei temporária, após o final de sua vigência.
- d) não poderá condenar o réu pois ocorreu a *abolitio criminis*, extinguindo a punibilidade do agente.
- e) somente poderia condenar o réu se a lei fosse excepcional.

**100.** Qual das alternativas abaixo não apresenta uma causa excludente de culpabilidade:

- a) inimputabilidade transitória pela embriaguez completa decorrente de força maior.
  - b) erro sobre a ilicitude do fato.
  - c) coação física irresistível.
  - d) obediência hierárquica.
  - e) escusa absolutória.
-

## Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PGE-RS-16-10>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---